

Juiz de Fora, 02 de junho de 2025.

À

COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA DE  
SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO

Ref.: Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO

**HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - Organização Social de Saúde “HMTJ”**, inscrito no CNPJ sob o número 21.583.042/0001-72, com sede na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, por intermédio de seus representantes legais, o **Diretor Presidente, Dr. Marco Antônio Guimaraes de Almeida**, brasileiro, casado, Contador e Advogado, portador da Carteira de Identidade M3040499 expedida pelo SSP MG e CPF 485.399.966-34 e o **Diretor Financeiro, Dr. Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**, brasileiro, divorciado, Contador, portador da carteira de identidade MG-6649396 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº 261.429.297-49, ambos com endereço profissional na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, São Mateus, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, vem apresentar suas

#### CONTRARRAZÕES

ao recurso apresentado por **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH**, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

Inicialmente cumpre esclarecer que o instituto jurídico das contrarrrazões é consubstanciado pela resposta ofertada pela parte contrária àquela que interpôs recurso e tem por objetivo combater as alegações aduzidas pela outra parte, sendo certo que, caso entenda necessário, a Administração poderá solicitar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.



Este documento foi assinado digitalmente por Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba, Carla Machado Dos Santos e Hospital E Maternidade Teresinha De Jesus. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2D8D-57D4-7F12-ED62.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e no resultado, o “HMTJ” foi habilitado e classificado com pontuação máxima, cumprindo as exigências editalícias, o que suscitou uma INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão que declarou esta como DESCLASSIFICADA.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

#### DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, sendo certo que Administração e Proponentes devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Esclarece-se que a Recorrente possui PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado, porém é inapropriado o interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório cujo objetivo é primordialmente buscar o aprimoramento dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, ferindo diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Foram suscitadas dúvidas em relação às demonstrações contábeis apresentadas pela entidade Hospital Maternidade Therezinha de Jesus – HMTJ em seu balanço patrimonial.

## I. DAS ALEGADAS INCONSISTÊNCIAS IDENTIFICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HMTJ

Em seu pedido de recurso questiona a decisão da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde – CICCSS alegando ocorrer claras inconsistências nas Demonstrações Financeiras do HMTJ. Para tal, sugere que existe um risco de desequilíbrio quando comparado os exercícios de 2022 e 2023.

A entidade HMTJ foi classificada em primeiro lugar na etapa de proposta técnica do Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO, destinado à seleção de entidades para gestão do HEMU e do HESNSL.

Em razão de sua classificação, a OSSHMTJ foi devidamente convocada para a abertura do envelope de habilitação, conforme procedimento estabelecido no edital.

Irresignada com o resultado, a entidade IGH interpôs recurso administrativo, questionando supostas inconsistências nas demonstrações contábeis da HMTJ, alegando desequilíbrio econômico-financeiro, ausência de provisões para perdas e distorções nos indicadores de liquidez.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE  
HOSPITAL MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

## II. DA FRAGILIDADE TÉCNICA DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

### 2.1. Do Erro Temporal Primário

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a entidade recorrente demonstra flagrante desconhecimento técnico ao citar períodos equivocados em sua análise. Os dados apresentados pela IGH referem-se aos exercícios de 2023 e 2024, e não aos anos de 2022 e 2023 como erroneamente afirmado. Tal incorreção evidencia a fragilidade técnica da análise apresentada e compromete a credibilidade dos argumentos expendidos.



## 2.2. Da Inadequação da Análise Proposta

A recorrente fundamenta suas alegações em análise superficial de variações temporais, desconsiderando que:

- a) A qualificação financeira no presente chamamento público é determinada exclusivamente pelos indicadores financeiros estabelecidos no Edital nº 07/2024-SSES/GO;
- b) Qualquer manifestação eliminatória que extrapole os critérios editalícios constitui violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- c) A análise de variações temporais, embora útil para verificação da saúde financeira, não constitui critério único ou exclusivo de avaliação, demandando interpretação contextual das notas explicativas e dos contratos de gestão.

## III. DA NATUREZA FILANTRÓPICA E DOS NOVOS CONTRATOS FIRMADOS

A HMTJ é entidade filantrópica sem fins lucrativos, cujo objetivo precípua é a prestação de serviços de saúde à população. A gestão do HMTJ prima pela menor sobra de recursos nos contratos administrados, considerando tratar-se de recursos públicos que devem ser preservados e retornados ao contratante quando não integralmente utilizados.

Durante o exercício de 2024, a entidade firmou diversos novos contratos de gestão, inclusive com o Estado de Goiás, sempre observando o equilíbrio financeiro contratual, com custos e receitas proporcionais, visando:

- Manutenção da qualidade no atendimento;
- Cobertura das despesas administrativas necessárias à execução dos serviços;

Tais circunstâncias explicam a aparente desproporção entre o crescimento das receitas e dos custos, tratando-se de característica inerente à natureza filantrópica da instituição e à celebração de novos contratos de gestão.

#### IV. DA EXISTÊNCIA DE PROVISÕES PARA PERDAS

Contrariamente ao alegado pela recorrente, a HMTJ adota integralmente as práticas contábeis pertinentes à Provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), em estrita observância às normas:

- NBC TG 25
- CPC 06
- IFRS 16

Importante ressaltar que os valores de contas a receber divulgados nas demonstrações contábeis já se encontram líquidos das respectivas provisões para perdas, razão pela qual não há superavaliação de ativos ou mascaramento da situação patrimonial da entidade.

#### V. DO PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

A regularidade e conformidade das demonstrações contábeis da HMTJ são atestadas por auditoria externa independente, cujo parecer, emitido sem ressalvas, confirma que:

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).”

O parecer de auditoria externa constitui evidência técnica irrefutável da adequação das práticas contábeis adotadas pela HMTJ, não havendo qualquer fundamento para as alegações de inconsistências ou distorções apresentadas pela recorrente.

## VI. DO CUMPRIMENTO DOS INDICADORES EDITALÍCIOS

A HMTJ atende integralmente aos indicadores financeiros estabelecidos no Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO, conforme demonstrado em suas demonstrações contábeis devidamente auditadas. O índice de liquidez corrente de 1,37 encontra-se dentro dos parâmetros aceitáveis, indicando capacidade adequada para cumprimento das obrigações de curto prazo.

## VII. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

As alegações da recorrente extrapolam os critérios de habilitação estabelecidos no edital, constituindo tentativa de introdução de novos parâmetros avaliativos não previstos no instrumento convocatório. Tal conduta viola frontalmente o princípio da vinculação ao edital, consagrado no art. 41 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente aos chamamentos públicos.

## VIII. DA INVOCAÇÃO INDEVIDA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Merece especial atenção a referência equivocada feita pela recorrente ao Acórdão TCU nº 1744/2017, apresentado como fundamento jurisprudencial para suas alegações. Após análise minuciosa do referido julgado, verifica-se que o mesmo não guarda relação temática com as questões objeto do presente recurso administrativo.

O Acórdão TCU nº 1744/2017 trata de matéria absolutamente diversa daquela discutida nos autos, não abordando aspectos relacionados à análise de demonstrações contábeis de entidades sem fins lucrativos ou provisões para perdas em créditos a receber.

A invocação de jurisprudência descontextualizada e inaplicável ao caso concreto evidencia, mais uma vez, a fragilidade técnica dos argumentos apresentados pela recorrente, configurando tentativa de fundamentação aparente sem lastro jurídico adequado.

Tal prática, além de comprometer a seriedade da argumentação jurídica, pode induzir a Administração Pública a erro, razão pela qual deve ser veementemente rechaçada.

A correta aplicação do direito administrativo exige a invocação de precedentes pertinentes e aplicáveis ao tema em discussão, não sendo admissível a citação genérica de julgados sem correlação com a matéria controvertida.

## IX – DA INABILIDADE TÉCNICA NA ANÁLISE DE DOCUMENTOS ESTATUTÁRIOS

A recorrente demonstra mais uma vez sua fragilidade técnica ao questionar supostas inconsistências nos documentos estatutários apresentados pela HMTJ, evidenciando flagrante desconhecimento sobre o procedimento de elaboração e registro de estatutos sociais.

### 9.1. Da Correta Apresentação do Estatuto Social

Conforme alegado pela própria IGH, o Estatuto Social apresentado pela HMTJ (páginas 05 a 25) encontra-se datado de 19/11/2024, o que está absolutamente correto. A data constante no documento refere-se ao momento de sua elaboração e aprovação pelos órgãos competentes da entidade.

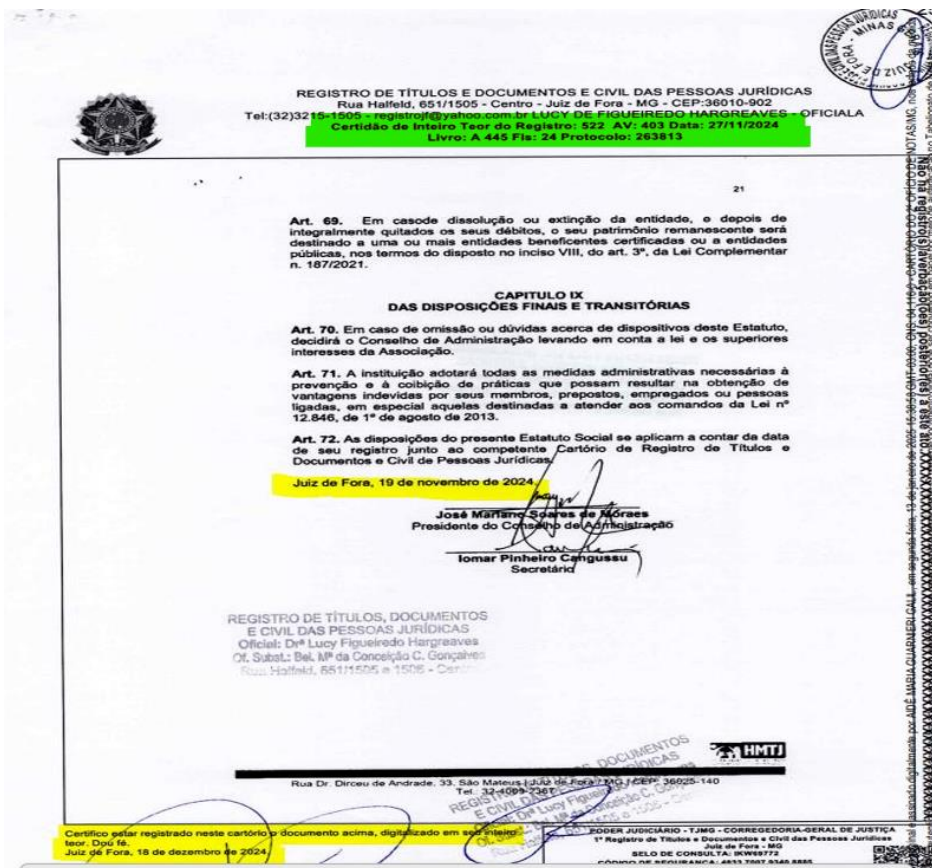
### 9.2. Do Registro Cartorário e da Certidão de Breve Relato

A recorrente menciona que a Certidão de Breve Relato (páginas 03 a 04), emitida pelo cartório competente em 18/12/2024, informa que a última alteração estatutária registrada ocorreu em 27/11/2024. Tal informação está igualmente correta e não representa qualquer inconsistência.

O procedimento é técnica e juridicamente adequado: o estatuto foi elaborado em 19/11/2024, sendo posteriormente submetido ao competente cartório para registro, o qual foi efetivado em 27/11/2024. Esta sequência temporal é absolutamente normal e esperada no trâmite de registro de alterações estatutárias.

### 9.3. Da Comprovação do Registro no Próprio Estatuto

Contrariamente ao alegado pela recorrente, que afirma equivocadamente não ter sido apresentado o estatuto registrado em 27/11/2024, o próprio estatuto apresentado pela HMTJ comprova seu registro cartorário. Na parte superior do documento consta expressamente que o estatuto elaborado em 19/11/2024 foi devidamente registrado pelo cartório em 27/11/2024, sob o Registro nº 522 AV 403, Protocolo nº 263813.



### 9.4. Da Alegação Infundada Sobre Apresentação de Estatuto Desatualizado

A recorrente conclui equivocadamente que não foi apresentado nos documentos de habilitação da HMTJ o estatuto registrado em 27/11/2024, demonstrando mais uma vez sua flagrante inabilidade técnica na análise documental.

Tal alegação é absolutamente inapropriada.

Conforme pode ser facilmente constatado por pessoa familiarizada com documentos cartorários, no estatuto apresentado pela HMTJ consta expressamente na parte superior que o documento elaborado em 19/11/2024 foi devidamente registrado pelo



Este documento foi assinado digitalmente por Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba, Carla Machado Dos Santos e Hospital E Maternidade Therezinha De Jesus. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2D8D-57D4-7F12-ED62.

cartório competente em 27/11/2024, sob o Registro nº 522 AV 403, Protocolo nº 263813.

### 9.5. Da Comprovação Inequívoca Através da Certidão de Breve Relato

A Certidão de Breve Relato anexada pela HMTJ, emitida pelo cartório competente em 18/12/2024, comprova de forma categórica e indiscutível que o estatuto apresentado constitui efetivamente o último documento registrado junto ao órgão competente.

A harmonia perfeita entre a Certidão de Breve Relato e o estatuto apresentado evidencia a regularidade e atualidade da documentação societária da HMTJ, não havendo qualquer fundamento para as alegações de desatualização ou inconsistência documental.

### 9.6 Da Demonstração de Inabilidade Técnica da Recorrente

As considerações da IGH em seu recurso demonstram de forma cristalina sua inabilidade técnica para analisar documentos estatutários e registros cartorários. A recorrente revela desconhecimento básico sobre:

- A distinção entre data de elaboração e data de registro de documentos societários;
- A forma de identificação de registros cartorários em estatutos sociais;
- A interpretação adequada de certidões emitidas por cartórios competentes;
- A correlação entre documentos societários e seus respectivos registros.

Essa situação compromete a credibilidade de suas alegações e evidencia a tentativa de criar obstáculos infundados ao regular prosseguimento do procedimento licitatório.

### 9.7 Da Questão das Atas de Assembleia e Eleição da Diretoria



A recorrente prossegue em sua sequência de equívocos técnicos ao questionar as Atas de Assembleia Geral Extraordinária e de Eleição da Diretoria (páginas 27 a 36), datadas de 30/04/2024, alegando que não constam na Certidão de Breve Relato e que esta indica como última averbação o dia 27/11/2024.

Mais uma vez, a IGH demonstra absoluto desconhecimento sobre a natureza jurídica e os procedimentos de registro de diferentes tipos de documentos societários.

Conforme já amplamente esclarecido, o registro de 27/11/2024 constante da Certidão de Breve Relato refere-se especificamente ao estatuto social, não guardando qualquer relação com as atas de assembleia e eleição da diretoria.

#### **9.8. Do Cumprimento Integral das Exigências Editalícias**

O próprio edital do Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO estabelece claramente em seu item 9.1.16 a exigência de apresentação de: “Ata(s) de eleição da atual diretoria e lista de associados, ambos com o competente registro em cartório”.

A HMTJ atendeu integralmente a esta exigência editalícia, conforme pode ser verificado pela apresentação da ata anexada nas páginas 27 a 36, que reflete precisamente o registro de eleição da diretoria atualmente em exercício, em estrita conformidade com o disposto no instrumento convocatório.

#### **9.10. Da Regularidade da Documentação Apresentada**

A documentação apresentada pela HMTJ encontra-se em perfeita conformidade com as exigências editalícias, não havendo qualquer irregularidade ou desatualização que justifique questionamento.

A tentativa de criar óbices infundados baseados em interpretações equivocadas de documentos cartorários constitui expediente protelatório inaceitável em procedimento licitatório.

### **VIII. DOS PEDIDOS**



Diante do exposto, a OSSHMTJ requer seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso administrativo manejado pelo IGH, ORA IMPUGNADO, mantendo-se a classificação da HMTJ em primeiro lugar, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

- b) DECLARADA a regularidade das demonstrações contábeis da HMTJ, atestada por auditoria externa independente;
- c) RECONHECIDA a adequação dos indicadores financeiros apresentados aos critérios estabelecidos no Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO;

## X. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A HMTJ reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência e a qualidade na prestação de serviços de saúde pública, estando plenamente habilitada técnica e financeiramente para assumir a gestão das unidades hospitalares.

**Termos em que,  
Pede deferimento.**

**Carla Machado dos Santos – OAB/RJ 80.192**

Coordenadora Departamento Jurídico “HMTJ”

**Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**

Diretor Financeiro “HMTJ”

Identidade MG- 6649396 SSP MG

**Marco Antônio Guimaraes de Almeida**

Diretor Presidente “HMTJ”

Identidade M3040499 SSP MG



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2D8D-57D4-7F12-ED62> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2D8D-57D4-7F12-ED62



### Hash do Documento

B6E0B9EF201336DE012D1A743C5BA77F82D5E2D18BCB7553DBEA1C55EDAC99AF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/06/2025 é(são) :

- ☒ Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba (DIRETOR FINANCEIRO) - \*\*\*.429.297-\*\* em 03/06/2025 11:51 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Carla Machado Dos Santos (Coordenadora Jurídica) - em 03/06/2025 11:46 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Marco Antonio Guimaraes De Almeida (DIRETOR PRESIDENTE) - 21.583.042/0001-\*\* em 03/06/2025 11:33 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - 21.583.042/0001-72

